

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ENTRE A FÉ E AS ARMAS: TRABALHADORES NO CONTEXTO DAS REVOLTAS DE BOA VISTA NORTE DE GOIÁS (1870-1930)

*SUZANA MARINHO DOS SANTOS**

Todas as narrativas que cercam a história da formação de Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis, sempre me despertaram interesse, talvez por ver, em muitos momentos, a minha própria história intrinsecamente ligada aos acontecimentos que constituíram sua história local. Esse interesse se tornou uma prática efetiva de pesquisa quando me vinculei ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal desenvolvendo uma investigação sobre a Cultura dos Trabalhadores na referida cidade que, entre as décadas de 1870 e 1940, se constituiu um campo de tensões articulado às revoltas armadas e à religiosidade marcante na região.

Tenho como objetivo compreender e explicar o cotidiano de trabalho dos trabalhadores que viveram no extremo norte de Goiás, mais especificamente em Boa Vista e região, entre as décadas de 1870 e 1930, reconstruir as relações entre as práticas cotidianas de trabalho e as dimensões de conflito social, baseados tanto na resistência e negociação quanto no conflito armado vinculado às revoltas que aconteceram nesse tempo e espaço. Perceber também, a dimensão das práticas e dos sentimentos de religiosidade presentes na cultura de trabalho dos sertanejos pobres, considerando-se o papel marcante do Padre João da Boa Vista, “o padre coronel”, no contexto das referidas revoltas.

O estado de Goiás no período proposto (1870-1930) era dividido em várias microrregiões, e o Extremo Norte Goiano estava localizado entre os rios Tocantins e Araguaia. A principal cidade do período era Boa Vista, atual Tocantinópolis, região que durante todo o século XIX teve grande parte de suas atividades ligadas à navegação no rio Tocantins e às atividades rurais. As revoltas ocorreram nesse contexto de prosperidade e agitação política. Sobre essas

* Graduanda do Curso de História/Bacharelado da Universidade Federal do Tocantins – UFT/ Campus de Araguaína. Bolsista Pibic/UFT, orientada pela Prof. Ms. Olivia Macedo Miranda Cormineiro. Vinculada à Linha de Pesquisa Cultura e Região: História, memória e narrativas. Email: suzy_marinho@hotmail.com / suzana.marinho@uft.edu.br

revoltas esclarecemos que as mesmas podem ser caracterizadas assim: a Primeira Revolta ocorreu entre os anos de 1892 a 1895, sendo que suas principais forças em luta eram representadas por Carlos Leitão de um lado e Coronel Perna do outro, e entre essas forças encontravam-se os trabalhadores sertanejos; A Segunda Revolta ocorreu em 1907 e participaram dela Padre João e Leão Leda, como líderes, e os trabalhadores sertanejos. A Terceira Revolta aconteceu em 1936, em decorrência das eleições do mesmo ano, e teve como pano de fundo as disputas partidárias entre padre João e seus inimigos políticos, situando-se os trabalhadores sertanejos como personagens centrais nessa última revolta.

De fato, essas três “revoltas” que aconteceram em Boa Vista, embora sejam processos históricos diferentes, de determinações e motivações em geral distintas, têm um elemento em comum: as práticas de trabalho e religiosidade estão no cerne das relações que envolvem coronéis e/ou chefes políticos e sertanejos pobres, sendo possível perceber o imbricamento dessas relações em vários níveis: fé, tradições, cultivo, relações de poder e mando. Elementos esses que reforçavam o “teatro” e “contra-teatro” das relações sociais e que em vários momentos levaram esses trabalhadores sertanejos a pegarem em armas e lutarem em prol de causas que *a priori* não eram suas.

Como antes apontado, a maioria das relações de trabalho em Boa Vista nesse período estavam ligadas às atividades rurais. Muitos desses trabalhadores viviam como agregados nas fazendas, e se valendo da sua experiência de trabalho circulavam entre as várias atividades ligadas à lida da terra, gado e/ou navegações dos Rios Tocantins e Araguaia. Segundo Cormineiro (2010), os sertanejos pobres:

Transitavam entre trabalhos diversos: plantavam seus roçados e a intervalos, ou concomitantemente, colhiam castanha-do-pará [...] quebravam cocos da palmeira babaçu e trabalhavam em alguma lavoura [...] cuidavam do gado. “Alugavam-se” como remeiros nas viagens de botes que comercializavam couros, castanhas, cocos babaçus, peles silvestres e diversas outras mercadorias [...]. (CORMINEIRO, 2010, p.58)

Em termos objetivos, podemos notar a variedade de atividades que eram desenvolvidas por esses sertanejos, e que devido às suas experiências de trabalho, dependendo de suas necessidades materiais de existência ou por fatores naturais, como a ausência de chuva ou a abundância dela, transitavam entre o exercício de tais práticas laboriosas no intuito de suprir e incrementar os resultados de trabalho.

Os materiais utilizados para a realização dessa pesquisa constituem-se de fontes historiográficas e memorialísticas, entre elas estão: *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista* (1990), de Luis G. Palacín; *O Crime do Coronel Leitão: Sedição na Comarca de Boa Vista do Tocantins, do Estado de Goiás* (1935), de Ignácio Xavier da Silva; *Boa-Vista do “Padre João”* (1977), escrito por Aldenora Alves Correia; e *De São Vicente a Araguaatins* (1970), de Leônidas G. Duarte.

A obra de Palacín, “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás”, é um trabalho historiográfico, porém, por conter muitos elementos da memória local do período, utilizo como fonte. Contudo, esclareço que nesse processo procurarei estabelecer um procedimento que leve em consideração o caráter específico desse trabalho. Nessa obra Palacín caracteriza a região e como se deu sua formação, levando em conta elementos da imigração que constituíram a povoação do Norte de Goiás. Discorre ainda sobre as três “revoluções” considerando a organização administrativa, política e econômica baseada nos conflitos entre Igreja e chefes políticos. Em sua obra, a memorialista Aldenora Alves Correia apresenta Boa Vista a partir da personalidade mítica e mística do Padre João, constituindo esse personagem como um articulador das práticas sociais e de trabalho na região.

Em “O Crime do Coronel Leitão”, o memorialista Ignácio Xavier da Silva, relata os conflitos e tensões que envolvem um crime vinculado às disputas políticas em torno da terra e do poder de mando na região de Boa Vista, norte de Goiás, o que caracteriza no período, em um controle de homens, comumente trabalhadores sertanejos. O memorialista Leônidas G. Duarte, em “De São Vicente a Araguaatins”, narra a história de São Vicente, atual Araguaatins, desde sua

formação, até sua consolidação como município. Localizada às margens do rio Araguaia, São Vicente, uma localidade que entre o século XIX e XX constituía importante centro econômico devido à extração de borracha e às navegações comerciais, foi atingido pelos horrores das revoltas boa-vistenses e palco de muitos entraves e tensões que envolveram os trabalhadores sertanejos.

Por meio da análise das fontes busquei perceber e problematizar alguns dos aspectos que constituem as tensões nas relações entre coronéis e sertanejos pobres, desde sua cultura de trabalho, até suas práticas religiosas. Nesse sentido, procurei compreender a participação desses sertanejos na interface de sua atuação como força de trabalho e como braço armado nas três “revoltas” ocorridas em Boa Vista do Tocantins. Buscando desvendar os aspectos dessas tensões envolvendo trabalhadores pobres, coronéis e outros sujeitos, foi necessário construir um aporte teórico e metodológico. Nesse sentido, partindo de algumas leituras, seja no que se refere aos referenciais bibliográficos, seja no que concerne às fontes, busquei perceber as relações de trabalho que movimentaram Boa Vista no contexto das Revoltas.

Devo ressaltar inicialmente que, em geral, os trabalhadores são ignorados tendo assim a sua importância diminuída, e até mesmo esquecida, pela história tradicional. Com o aumento das possibilidades no campo da pesquisa histórica desde o surgimento dos Annales, os estudos referentes à cultura popular ganharam destaque dentro da discussão historiográfica. Neste sentido os estudos referentes à memória adquiriram relevância, não só pelos seus estreitos vínculos com a História, mas também porque lidar com a memória, principalmente aquelas que são passadas de geração a geração por meio da oralidade e que acabam sendo registradas pela escrita dos memorialistas é uma forma, mesmo que indiretamente, de a história "ouvir as vozes" daqueles que foram relegados ao esquecimento por determinadas perspectivas historiográficas.

Maurice Halbwachs muito contribuiu para pensar a memória, tenha sido como conceito, categoria de análise ou mesmo como um campo específico dentro das chamadas ciências humanas. Para Halbwachs as memórias individuais, ao serem compartilhadas socialmente,

constituem o substrato de uma memória coletiva, uma vez que toda e qualquer lembrança é constituída a partir das relações, as mais diversas, que os sujeitos estabelecem entre si. E é a relação existente entre memória individual e memória coletiva que, segundo esse autor, dará ensejo para que uma determinada sociedade construa o que ele denomina de memória histórica.

É importante ressaltar que embora a memória não se confunda com a história, devemos considerar também que para a constituição do que Halbwachs denomina de memória histórica há um longo processo onde o desejo de memória dos grupos dominantes tenta obscurecer o desejo de memória dos grupos ditos "dominados". Mas é justamente na interface dessa disputa pela construção de uma memória hegemônica que o historiador pode vislumbrar mesmo na escrita proveniente dos grupos dominantes, aquele substrato das memórias dos que sofreram a ação do obscurecimento. Nesse sentido, analisar os trabalhadores pobres, homens, mulheres e crianças que viveram em Boa Vista e as relações de trabalho nas quais se inseriam, tomando-os como foco dessa pesquisa, pressupõe investigar suas memórias, ou as memórias que acerca deles foram construídas, mesmo que estas apareçam de forma residual nos escritos tomados nessa pesquisa como fontes. A partir dessa metodologia de análise procuro entender qual a experiência de tais trabalhadores no contexto das chamadas "Revoltas de Boa Vista", como se deram suas participações, quais os seus anseios e o que os motivavam.

Utilizo ainda como base de investigação a perspectiva historiográfica da *"The History from Below"*, procurando, sobretudo, fazer uma leitura à "contra pelo" dos enunciados presentes nas fontes procurando as "vozes" desses trabalhadores e, entremeio às relações de trabalho mantidas com os coronéis, perceber as suas participações dentro das revoltas. Com efeito, inserir os trabalhadores sertanejos como sujeitos das revoltas de Boa Vista, pressupõe pensar o Coronelismo sob outra abordagem. Essa categoria geralmente é entendida como um fenômeno político decorrente da Primeira República, onde a figura do coronel se faz importante pela quantidade de terras e homens sob seu domínio. Nessas circunstâncias, os trabalhadores cederiam sua força de trabalho em um jogo de proteção, subordinação e apadrinhamento. Por me

aproximar das leituras de Thompson não tomo aqui o coronel como a única figura importante, ao contrário, o que me interessa é sondar as práticas dos sertanejos com quem os coronéis se relacionavam no contexto das revoltas.

Com intuito de compreender os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres e as relações que estes estabeleceram com os coronéis e ou chefes políticos de Boa Vista, problematizei as relações e tensões sociais existentes entre esses sujeitos. Parti da obra de Luis G. Palacín intitulada “Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista”. Esta obra aborda as disputas e pactos coronelísticos, que muito movimentaram a cena política, religiosa e das relações de trabalho no período, mais especificamente entre os anos de 1890 a 1930, quando ocorreram as três “revoltas” boavistenses. Por meio da análise dessa obra foi possível perceber alguns dos aspectos da participação dos trabalhadores pobres dentro dessas revoltas: as relações de trabalho que os mesmos mantinham com os demais sujeitos envolvidos nesse processo.

Para Palacín o pacto coronelístico, era baseado na prepotência familiar e individual. Os chefes locais e “coronéis” na maioria das vezes eram grandes proprietários de terra, o que afetava diretamente a política, pois nessa época Goiás tinha um território onde as relações sociais eram basicamente rurais. Esse autor expressa uma visão clássica sobre o coronelismo, colocando o coronel como o único ou principal agente social. Dentro dessa mesma perspectiva clássica temos Francisco Itami Campos e Nasr Fayad Chaul.

Assim como Campos, que caracteriza a política do coronelismo como um pacto ou compromisso onde o coronel é o mediador e figura mais importante, Chaul também atribui o poder principal na sociedade ao coronel. Porém Chaul difere de Campos por considerar que entres os coronéis e os trabalhadores pobres além desse pacto ocorre também um “arranjo de reciprocidade”: muito além de um acordo construído de cima para baixo, um acordo de mão dupla. Nessa relação de mão dupla não são apenas ações políticas que se sobressaem, mas o amplo campo cultural no qual se movem os homens.

Por outras palavras, a cultura seria o ingrediente principal das relações de dominação e resistência nas quais as práticas de trabalho se constituem em uma cultura de trabalho. A ideia de pensar como uma cultura de trabalho é construída entremeio às lutas armadas pressupõe reconhecer que cultura é tudo que constitui as práticas dos sujeitos, um entrelaçamento complexo de todas as práticas, saberes, hábitos e costumes que, em última instância, constituem os modos de viver dos sujeitos. Ao investigar e problematizar os modos de viver dos trabalhadores ingleses, o historiador E. P. Thompson caracteriza esses modos de viver como sendo constituidores de uma “cultura de formas conservadoras” que no intuito de reforçar seus costumes e, por extensão suas práticas, muitas vezes acabava por legitimar os costumes tradicionais provenientes de outra classe.

Trazendo essa concepção para minha análise, percebo que a cultura dos trabalhadores sertanejos possuía formas costumeiras, onde muitas vezes os interesses econômicos não estavam no centro das disputas, mas o que se dava era um enfrentamento em torno de valores e costumes. Assim, a relação de subordinação constituída, a partir da Segunda Revolta de Boa Vista, entre Padre João e os muitos trabalhadores de Boa Vista, por exemplo, se dava, muitas vezes, muito mais no campo dos valores culturais do que no campo da força. Sobre as condições das relações sociais em Boa Vista Palacín nos diz que esta se baseava na “posse da terra, mediante o latifúndio, [n]o domínio dos homens que dela dependem – agregados, peões, meeiros etc. -, [n]a riqueza, com os múltiplos meios que facilita [...]” (1990, p.115)

A questão com a qual Palacín parece não se preocupar é que a posse da terra não é apenas uma questão fundiária, mas uma questão definida por costumes e que agregados, peões e meeiros – como trabalhadores que são – tinham sua relação com a terra definida, muitas vezes, em função de uma lógica de pertença – identitária e cultural – que reforçava e configurava determinadas alianças ou oposições.

De fato, essas relações de alianças e oposições se constituíram no seio da formação própria dos modos de viver na região, devido à importância do cultivo das lavouras, lida com o

gado e demais atividades rurais para o próprio sustento, muitos sertanejos pobres, na impossibilidade de possuir sua própria terra, passam a viver como agregado nas fazendas, palco onde se reforçam os conflitos e tensões a cerca dos muitos interesses divergentes entre sertanejos e coronéis. Basicamente esses agregados seriam trabalhadores pobres que viviam em um espaço de terra que não era seu, geralmente uma choupana de palha ou de pau a pique, estrategicamente localizada, cedido pelo dono das terras. Esses sertanejos ficavam responsáveis pela organização da fazenda: construção de cercas, roçado dos pastos, lida com o gado, no cultivo da terra, caça, pesca, coleta e demais atividades que envolviam também as mulheres e crianças.

Mas não eram apenas as atividades da terra que esses trabalhadores sertanejos realizavam. Com efeito, no caso de Boa Vista esses trabalhadores tiveram uma fundamental importância nos episódios das três revoltas, seja na participação efetiva como braço armado, ou simplesmente nas demais atividades como a arrecadação de produtos, pilhagem do gado, na lavoura entre outras atividades. Percebemos isso quando Palacín argumenta sobre a formação do contingente armado durante a segunda “revolta” (1907), que:

Para isso estabeleceu-se um tipo de recrutamento mais amplo: chefes de grupos percorriam as fazendas e sítios convidando os homens a tomar as armas. José Lopes, hoje morando em Guaraí, lembra-se da madrugada em que um desses grupos chegou a sua casa para levá-lo como seu irmão. Desculpou-se, dizendo que ele não era de briga; mas responderam-lhes que se não queria participar da luta com as armas, podia colaborar reunindo o gado. (1990, p. 128)

Para muitos desses sertanejos que tentavam resistir aos aliciamentos forçados e aos horrores das revoltas, seja na participação direta nas práticas violentas, ou na participação indireta - como pilhagens de gado, roubos a fazendas, sabotagem de lavouras entre outros - a solução era a fuga. Muitas dessas fugas aconteciam na calada da noite, e a maioria desses sujeitos ao abandonarem a cidade não conseguia levar junto suas famílias, deixando para trás mulheres, filhos e o próprio meio de sobrevivência, o seu trabalho com a terra. Fixavam-se em lugares distantes, muitas vezes criando novos povoados, esperando o retorno dos momentos de paz, para então voltarem para as suas famílias e as suas práticas de trabalho. Leônidas Duarte ao

se reportar a situação em que se encontrava São Vicente, um distrito de Boa Vista, frente aos episódios dos conflitos armados, diz que a revolta:

veio a se refletir na povoação de São Vicente, cujos habitantes sofreram duras perseguições. [...] para fugir à sanha facinorosa dos invasores, refugiaram-se no Estado do Pará, em São João do Araguaia, ficando assim, a povoação com uma população bastante reduzida. (DUARTE, 1970, p. 22)

Nesses momentos de ausência dos sertanejos de seu lar “Rara a família que escapou á desonra! Mulheres casadas e donzelas eram entregues ao geral das tropas” (SILVA, 1935, p.124), mas a questão da fuga dessas pessoas ia mais longe, tratava-se dos trabalhadores que cultivavam as terras, tratava-se dos sertanejos pobres que ora fugiam, ora abandonavam as terras para pegar em armas. Sobre isso Duarte diz: “Nessa ocasião a vida econômica se tornou bastante difícil, pois os lavradores, na maioria haviam tomado parte na revolução, obrigados por uma ou por outra parte, ficando a lavoura abandonada [...]” (DUARTE, 1970, p. 28), o que confirma a participação desses trabalhadores como braço armados nas revoltas, e explicaria a crise econômica no período, ao passo que “obrigados” a guerrear, esses sertanejos tinham que abandonar suas lavouras, que pela falta de cuidados definhavam produzindo algumas crises de alimentos.

Mas a dificuldade de encontrar alimentos devido ao abandono das roças não era o único problema vinculado às revoltas. Alguns anos antes da Segunda Revolta (1907), Ignácio Xavier da Silva narra como a violência grassa entre os sertanejos evidenciando as tensas relações partilhadas por esses sujeitos durante a Primeira Revolta, (1892-1895). Desencadeada por Coronel Leitão essa Revolta trás indícios de que nem todos sertanejos se negaram às práticas violentas, alguns se dispuseram a andar armados à espera do embate direto:

Grupos de homens armados cruzavam as diversas ruas – eram sediciosos e eram homens que se colocaram ao lado da justiça para manterem a ordem, gravemente comprometida. Aquela confusão poderia resultar mal e o Tle. Cel. Perna ordenou que só as praças contratadas pela Municipalidade podiam trazer armas, quando no policiamento. A ordem fora observada. Aqui e acolá, dois ou três homens, rondavam, empuhando armas. Os demais transitavam pelas ruas, completamente desarmados, mas em cada transeunte se notava uma atitude inquiridora. (SILVA, 1935, p. 48)

Com tais episódios acontecendo era comum que os sertanejos pobres andassem armados nesse período, em alguns momentos para proteger a sua própria vida, em outros momentos para proteger os coronéis, com quem mantinham uma rede de relações e de interesses, de qualquer ameaça vinda dos inimigos. Por outro lado, muitas vezes a força era o instrumento do “alistamento” dos bandos beligerantes. Ignacio Xavier da Silva narra um episódio que ocorreu em Santo Antonio da Cachoeira, atual Itaguatins, durante a Primeira Revolta (1892-1895) onde diz como aconteciam tais “recrutamentos”:

Em Santo Antonio da Cachoeira havia muita gente reunida, assistindo às missões e que corriam contentes, quando se verificou a chegada de Maia Junior, o grande amigo e instrumento dócil de Carlos Leitão. A sua presença provocou alarma que assumiu maiores proporções quando se conheceu o motivo de sua estadia ali: estava aliciando gente para atacar Bôa Vista, sob o comando do Cel. Leitão. (SILVA, 1935, p.61)

Do lado oposto do Coronel Leitão, estava Coronel Perna que assim como seu adversário logo tratou de reunir seus homens no intuito de oferecer resistência e de se protegerem, assim como aos seus interesses, dos ataques de Leitão:

O Tte. Cel. Perna verificou finalmente, que não se devia perder tempo e tratou de organizar a defesa da cidade, pois que defenderia ao mesmo tempo a honra, os haveres e as vidas de todos os seus habitantes. No mesmo dia era já grande o numero de pessoas armadas que se apresentavam. Assim, no dia 31 de março cento e cinquenta homens formavam, dispostos e indignados ao lado da legalidade. (SILVA, 1935, p.66)

Aqui surge o uso da força como grande aliado no aliciamento de pessoas, porém não muito raro, vemos casos de oferecimentos espontâneos, o que reforça o que Thompson apresenta como “uma arena de interesses opostos”, visto que tais oferecimentos espontâneos desses sujeitos, não caracterizam apenas a luta pelos interesses dos coronéis, seja qual for a causa defendida por eles, mas a defesa de seus próprios interesses, uma vez que entre esses sujeitos havia um acordo onde ambas as partes executavam seu papel dentro de uma relação de interesses; e a derrota do coronel ao qual se aliava, provavelmente, traria prejuízo aos sertanejos.

A participação dos sertanejos pobres era ampla nessas revoltas e isso incluía desde a presença de mulheres até a de crianças executando muitas tarefas. No caso das mulheres essas

iam desde a colheita das roças até a preparação da comida dos bandos, além de muitas vezes serem utilizadas como objeto sexual. No caso da presença das crianças nessas batalhas, essas eram frequentemente levadas sem o consentimento dos pais, que em muitos momentos tentavam de todas as formas pouparem a vida dos filhos desse eminente risco que se corre em tempo de guerra. Dentre esses casos o autor cita um que:

Estevão Tavares vinha de recrutar um menor, cujo Pai, suplicando que não fosse elle arrebatado ao seio da família, ofereceu o mais velho para substituir o primeiro. Estevão levou os dois, deixando o ódio e a amargura no coração de pobre velho, que, desgostoso, acompanhou a leva de recrutados, “a distancia sem perde-la de vista. Até que, em Carolina, quando Estevão desembarcava sozinho, o inditoso Pai teve ensejo de executar o seu plano, descarregando sua pistola, da tocaia, contra o raptor de seus filhos. (SILVA, 1935, p.112)

Como dissemos o aliciamento era generalizado, mas passado os conflitos armados, nos precários momentos de paz, os trabalhadores sertanejos “atingidos” por essas agitações e que haviam conseguido sobreviver buscavam refazer suas vidas, reconstruir as casas queimadas, levantar a cidade em ruínas, enterrar seus parentes; para muitos, voltar para suas casas e muitas vezes superar a desonra moral que tivera sofrido, afinal. “A paz levou os defensores para o trabalho” (SILVA, 1935, p.78). Nesses momentos de paz muitos coronéis buscavam reforçar seu poder por meio das relações costumeiras que travavam com os sertanejos, Padre João estava entre estes. Sendo esse padre uma personagem que consegue abarcar a dualidade proposta nesta pesquisa: “Entre as armas e a fé”, suas práticas parecem desenrolar-se dentro de um campo de poder bastante amplo. Durante a Segunda Revolta (1907), de fato, esse padre exerceu influência considerável na região ao manter suas relações com os sertanejos pobres dentro de uma rede de proteção e deferência, nas quais os trabalhadores tinham que “servir” ao padre-coronel como trabalhadores, que ficavam sob sua proteção e guarda:

A sua casa era cheia de rapazinhos e mocinhas que ele trazia do sertão, bem como de parentes de D. Januária. Punha-os na escola e fazia-os trabalhar em casa. Havia também sob sua guarda e proteção, duas pretas, filhas de cativos: Clara que lhe preparava os cigarro de fumo sertanejo e lavava roupa e Petronília (Paternia ou Pitia como a chamavam em casa) que lhe fazia bons quitutes. (CORREIA, 1977, p.63)

Mas não era apenas o trabalho desses sertanejos que Padre João requeria, seu braço armado também:

Por sua vez, padre João tinha que defender sua integridade física, muitas vezes ameaçada. Voluntariamente, homens dispostos e destemidos vinham servir-lhe de guarda-costas, escoltando-o armados para “o que desse viesse.” Eram apelidados de “capangas do padre João” que nas horas perigosas, dormiam em sua casa para vigiar e defender. (CORREIA, 1977, p, 81-2)

Percebemos que muitas vezes padre João utilizava de sua representatividade religiosa – entre o místico e o mítico - e seu poder político para reafirmar sua liderança social. Se valendo de práticas que articulavam a “permissão” de práticas costumeiras dos sertanejos pobres, e que buscava suavizar a percepção das experiências de dominação desses sujeitos e ao mesmo tempo construir laços duradouros de lealdade, o que lhe garantiu permanecer no poder entre as décadas de 1900 e 1940 em Boa Vista.

Assim, para entender as relações construídas nas chamadas "Revoluções de Boa Vista" tenho tentado me acercar dos modos de viver dos sertanejos pobres, pois considero que é por meio da dimensão cultural que podemos entender com suas práticas de trabalho sofrem mediações e são mediadoras das relações políticas, religiosas, sociais e econômicas construídas na região de Boa Vista.

Assim seguido uma metodologia apropriada para pensar as relações culturais e as práticas de trabalhos dos sertanejos pobres, percebi que somente é possível trazer à luz sua cultura de trabalho por meio da investigação das relações que estes construíram com outros sujeitos – dentre eles padres, coronéis e chefes políticos da região de Boa Vista. Nessa fase de investigação busquei construir um aporte conceitual que me permita fazer a “crítica” das fontes e, nesse caso, as noções de coronelismo e memória foram essenciais. No que concerne à discussão sobre memória tenho abordado essa questão de duas perspectivas. De um lado, compreendendo que os autores das fontes ao reelaborarem essas memórias dos sujeitos, estando fora do processo, lhe atribuem valores que caracterizam interesses, na maioria das vezes das elites, um “desejo de memória” que tenta suprimir a participação de muitos “excluídos”.

No que concerne à lida com as fontes analisadas e à luz dos conceitos acima apresentados, tenho buscado avançar na percepção da importância das práticas de religiosidade católica na constituição das relações de trabalho pensando essa religiosidade como um palco de disputa social onde os vínculos com os padres, sobretudo o Padre João, pode significar tanto o aumento da hegemonia política, quanto o arrefecimento das relações de dominação quando os trabalhadores se encontravam a serviço da Igreja ou dos Padres.

Logo assim, através da leitura das fontes pude perceber que as relações sociais mantidas por esses sujeitos – trabalhadores pobres e coronéis – vão além dos interesses econômicos das partes envolvidas, e são constituídas em seus vários níveis e aspectos de uma densa rede cultural (fé, religiosidade, cultura de trabalho, costumes), que caracteriza os modos de viver dos trabalhadores pobres, em uma relação conflituosa de dominação, resistências e, sobretudo, de negociações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. *A apologia da História: Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2ª edição. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Editora Kelps, 1998.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. *Trilhas, Veredas e Ribeiras: Os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (século XIX e XX)*. 2010. 259 p. Dissertação (Mestrado em História)- Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

14

CORREIA, Aldenora Alves. *Boa Vista do “Padre João”*: Tocantinópolis – Goiás, 1977.

DUARTE, Leônidas G. *De São Vicente a Araguaetins*. Marabá, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

PALACÍN, Luis G. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

SILVA, Ignácio Xavier. *O Crime do Coronel Leitão*. Goiaz – Capital: Oficinas Gráficas Popular, 1935.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudo sobre a Cultura Popular Tradicional*. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Cia das Letras, 2005.